

Para Serra, orçamento tem falhas graves

O deputado federal José Serra (PSDB-SP), candidato derrotado nas eleições para a prefeitura de São Paulo, fez ontem uma crítica detalhada à proposta de orçamento do governo, em discussão na Comissão de Orçamento do Congresso. As despesas com o serviço da dívida externa, por exemplo, estão, segundo Serra, fortemente subestimadas. "A taxa de juros usada para a rolagem da dívida foi de 6%. Uma brincadeira", diz ele. Se a taxa fosse de 12%, ainda assim moderada, no seu entender, o serviço da dívida subiria Cz\$ 500 bilhões. Os 20% de aumento previstos para essas des-

pesas, assim, devem-se a questões contábeis. Aplicando-se outra taxa de juros haveria aumento de Cz\$ 2 trilhões, a preços de junho de 1988. "Na verdade, o aumento do serviço da dívida é de 92%", afirma Serra.

O ajuste fiscal do governo, pelos cálculos do deputado, é menor do que se imagina, a começar pelas receitas. A arrecadação, no ajuste proposto, terá crescimento equivalente a 3,37% do Produto Interno Bruto (PIB). Cerca de 1% refere-se à inclusão da contribuição do PIS/Pasep. Tem, portanto, destinação certa. Uma parcela calculada em 1,9% virá da cobran-

ça da dívida ativa e do esforço de fiscalização. "Trata-se de algo irreal. Grande parte do ajuste está comprometida." Substancial, mesmo, será o encurtamento de prazo, a antecipação de receita e, de maneira prática, o aumento da alíquota efetiva dos impostos. Repassado aos preços, o aumento representará mais inflação e vai anular parte da arrecadação adicional. "O ajuste só tem sentido se está acompanhado por fortíssima política de estabilização de preços. Se não, apenas eleva a inflação. O ajuste, portanto, é irreal e tende a se anular pela inflação", diz Serra.

FUMAÇA

Do lado dos cortes, o governo, na opinião do deputado, foi tímido. Poderia diminuir cerca de Cz\$ 900 bilhões em incentivos fiscais, sem incluir aí os da exportação e os subsídios. O governo cortou apenas Cz\$ 258 bilhões e, mais interessante, segundo Serra, a maior parte referente à nova política industrial, um incentivo que nem chegou a ser concedido. "Estão cortando fumaça", afirma. Faltou tirar dinheiro de "lugares óbvios", como da Sudam, da Zona Franca, do setor agrícola e de toda uma bateria de incentivos à atividade rural.

Outro ponto questionável é a maneira usada para indexar o orçamento. Em princípio, o orçamento indexado, ou seja, com a correção automática dos vários itens, sem necessidade de se recorrer ao Congresso a cada reajuste, tem a sua lógica. O governo não especificou, contudo, qual indicador vai corrigir as receitas. Quanto às despesas, a de pessoal terá reajuste pela URP, as da dívida, pelo câmbio ou pela OTN e as demais pelo IPC. O reajuste pelo IPC deverá respeitar o déficit estabelecido, mas não se sabe exatamente qual.